

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E O POTENCIAL ENDÓGENO DOS TERRITÓRIOS: O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO E APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Andréia de Alcântara Cerizza<sup>1</sup>  
Luís Antônio Paulino<sup>2</sup>

### Resumo

A globalização, enquanto processo, pode ser entendida como mundialização do capitalismo, bem como fenômeno social em escala global que abarca todas as esferas de ação humana: política, econômica, social, ambiental, tecnológica, cultural entre outras. Esta possibilidade global foi/ é dinamizada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e percebida como propulsora de mudanças nas nações, territórios e pessoas, pela virtualização sistêmica contida no vivido global: Estado e sociedade, tradição e modernidade, a ciência, tecnologia e inovação, nas políticas de desenvolvimento, inclusive das localidades (CHESNAIS, 1996, GIDDENS, 1999, 2011, IANNI, 2011, SANTOS, 2000, SASSEN, 2010). Neste contexto de imprevisibilidade, risco e redes sobre redes de competição e paradoxalmente cooperação, cresce o interesse em estudos que tenham o fator desenvolvimento, aqui compreendido como o desabrochamento das capacidades (materiais e imateriais) de um dado território, de forma endógena, algo a ser valorizado frente às demandas globais. Neste artigo foram discutidos o processo de globalização e suas demandas tecnológicas e inovativas como fio condutor da competitividade no sistema mundo, e como imperativo para o desenvolvimento das nações, bem como o papel do Estado neste contexto. A partir de uma percepção sobre globalização e desenvolvimento, a pesquisa foi conduzida para a questão territorial, verificando, em termos de desenvolvimento, seu potencial endógeno. A questão pontual é saber se a política pública pode criar uma base para melhorar, tanto a quantidade, como a qualidade das interações entre as instituições que geram conhecimento, as empresas e instituições, tanto para a geração de inovação como transferência de tecnologia, ou seja, como potencial de desenvolvimento, que seja economicamente relevante (UNCTAD, 2014b). A valorização das políticas de C&T em âmbito mundial, as formas de interação e o papel dos Estados, pelas políticas públicas e sistemas nacionais de inovação - SNI, as “articulações entre conhecimento e território, que incluem temas como inovação e território” (BOISIER, 2005).

**Palavras-chave:** Globalização, Desenvolvimento Local, Papel do Estado, Políticas públicas de promoção e apoio à inovação, Sistema Nacional de Inovação.

---

<sup>1</sup> andreiaac@ifsp.edu.br

<sup>2</sup> paulinounesp@gmail.com

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## 1.1 GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O tipo de processo de globalização atual, a partir do pós-segunda guerra mundial, se torna (o termo global) adjetivado na década de 80, em escolas americanas de administração de empresas, e em pouco tempo foi absorvido pelo discurso político. Fatores tais como desregulamentação financeira e o desenvolvimento da globalização financeira; as tecnologias, que possuem duplo papel: permitir e intensificar o processo; e as possibilidades de internacionalização do capital produtivo, pela mobilidade de se adequar de acordo com suas necessidades, dinamizaram as relações sociais e econômicas em escala global (CHESNAIS, 1996).

Milton Santos, desseca a questão global como perversa e afirma que o mercado dito global é avassalador, capaz de homogeneizar o planeta e aprofundar as diferenças locais (SANTOS, 2000). Santos tece sua reflexão observando a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade. A globalização é posta como ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, entendido pelo estado das técnicas e o estado da política. O olhar de Santos é realista, mas vislumbra também uma esperança, determinada pelo uso político que poderia ser feito do mercado global e do sistema de técnicas.

De fato, o que é “feito”, em termos de globalização, pelo prisma econômico, possui duas bases: as empresas transnacionais – ETNs, e a globalização financeira (CHESNAIS, 1996; MATIAS, 2014; CASSIOLATO *et al*, 2014). Dando enfoque as ETNs, ou multinacionais, que possuem corporações com atividades em vários países, estas representam significativamente os investimentos diretos externos, os chamados IEDs, e conseqüentemente boa parcela do PIB mundial e os gastos com pesquisa e desenvolvimento no mundo (UNCTAD, 2014a). As ETNs são referenciadas por alguns estudos como suporte aos Sistemas Nacionais de Inovação - SNIs, como benefício das estratégias de internacionalização e de suas parcerias com instituições locais, como possibilidade de transferência de tecnologia, fato este que Chesnais discorda e o classifica como ilusório (CASSIOLATO *et al*, 2014).

O relatório atual das Nações Unidas que discute a transferência de tecnologia e conhecimento compartilhados para o desenvolvimento, como subtítulo a ciência, tecnologia e inovação nos países em desenvolvimento, afirma que a interação econômica entre os países ocorre por meio do comércio, do movimento dos trabalhadores, gestores, profissionais e acadêmicos e os fluxos financeiros, incluindo o investimento estrangeiro direto (IED). Segundo o relatório, tal interação afeta a alocação global de recursos e serve como um canal para a transferência de tecnologia (UNCTAD, 2014b). O fato é que as ETNs, em 1980, representavam 6,6 do PIB mundial e em 2007, 28,4; as trocas entre matrizes e filiais geraram 60% do comércio mundial e foram responsáveis por 90% gastos globais com pesquisa e desenvolvimento - P&D, em 2012, segundo relatório da UNCTAD de 2013 (CASSIOLATO *et al*, 2014).

As empresas multinacionais (EMs) atuam significativamente no processo de globalização, que atinge a inovação tecnológica (a realização de um produto, compreendido como bem ou serviço, novo ou renovado, ou um processo, ou *marketing*, ou organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas), em um

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

grande número de países, em virtude dos fluxos de bens, serviços e conhecimentos entre as fronteiras nacionais, e das relações internacionais e do aumento da competitividade de forma internacional (MANUAL DE OSLO, 2005). Aliás, a competitividade global, de acordo com manuais e relatórios nacionais e internacionais está totalmente relacionada com a capacidade das nações e empresas e prover a inovação, seja no desenvolvimento ou por transferência tecnológica.

No último relatório *Global Competitiveness Report* (2013-2104), Klaus Schwab, Fundador e Presidente Executivo do Fórum Económico Mundial afirma que “A contribuição da inovação para a prosperidade futura de uma economia está-se tornando cada vez mais crítica,” pois segundo ele “A competitividade exige que os principais aspectos relacionados à inovação sejam tratados corretamente: partindo de instituições públicas sólidas, passando pela educação e por um ambiente econômico mais propício. É fundamental que os líderes das empresas, do governo e da sociedade civil trabalhem de maneira colaborativa e transparente a fim de alcançar este objetivo partilhado que a todos beneficia” (GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT, 2013-2104).

A inovação tecnológica é a realização de um produto (bem ou serviço) novo ou renovado, ou um processo, ou mercadológico, ou organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (MANUAL DE OSLO, 2005). A inovação pode ser caracterizada por várias dimensões, incluindo o grau de novidade, o tipo de inovação (produto e inovação de processo), os impactos da inovação radical e incremental e a fonte de inovação (tecnológica e inovação não tecnológica) (OECD, 2010). O Manual de Oslo define quatro tipos de inovação: inovações de produtos, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing (OCDE / Eurostat, 2005). Já o Manual Frascati somente confere inovação ao produto e processo.

Para o enfrentamento da competitividade global, os relatórios institucionais de diversos organismos globais apontam o conhecimento (científico e tecnológico) como base para melhoria efetiva dos índices de desenvolvimento nos países, por meio de políticas públicas para incentivar a pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Estado detém um papel significativo na condução tecnológica, por meio de infraestrutura e qualificação da mão de obra local; tecnologia como forma competitiva das empresas nacionais enfrentarem os mercados globais. Fica evidenciada a manutenção da globalização pelos Estados, pelo crescimento do comércio internacional e mercado mundial unificado, por meio de políticas de liberalização e desregulamentação dos mercados, no aceite de acordos tais como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT e atualmente da Organização Mundial do Comércio OMC (MATIAS, 2014).

As atuações tecnológicas nacionais podem ser agrupadas em três categorias, demonstrando o posicionamento do país de origem: competências (grau de escolaridade, mão de obra, pesquisa); mecanismos de incentivo econômico (demanda local e preço de insumos, rivalidade competitiva) e instituições (métodos de financiamento, controle e gestão de empresas). Segundo uma pesquisa extraída de Faber *et al.* (2004), sobre a capacidade de inovação de países europeus, que estimou os efeitos de diferentes fatores macro e micro sobre a inovação, utilizando patentes e vendas de produtos inovadores como indicador de inovação,

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

foi verificado que as condições macroeconômicas de um país e a estrutura da economia nacional possui efeitos significativos sobre a inovação (BESSANT e TIDD, 2009).

Vale salientar que a forma de atuação do Estado no campo das políticas industriais e tecnológicas sofreu mudança no modo de agir para promover as interações e a cooperação entre os agentes, almejando a inovação. O papel do Estado no contexto das políticas industrial e tecnológica mostra que há uma nova redefinição no modo de intervenção pública, devido as alterações de estruturas, vinculadas a grandes revoluções tecnológicas; essa redefinição está mais ligada as formas, do que ao grau de intervenção; a distribuição de atribuições entre Estado e setor privado envolve indispensavelmente complexos fenômenos sociais de aprendizado de agentes e grupos, assim como os conflitos sociais e políticos a eles associados (FREEMAN, 1983 *apud* CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

Em seu livro *O quadrante de Pasteur*, Stoker discorre sobre o paradigma desenvolvido por Vannevar Bush, em seu relatório *Ciência, fronteira sem fim*, encomendado por Roosevelt, na tentativa de prever o papel da ciência em época de paz, na década de 50, no pós-guerra, e que se tornou o alicerce de políticas públicas de inovação tecnológica para as décadas posteriores (STOKER, 2005). A partir da década de 60, por meio de distintos estudos empíricos, acontece uma revisão conceitual de inovação e conseqüentemente uma ascensão na compreensão sobre o significado da “inovação”, não como uma ação isolada, mas como um “processo de aprendizado não-linear, cumulativo, específico da localidade e conformado institucionalmente” (CASSIOLATO e LASTRES, 2005, p.35).

Tal revisão foi dinamizada por dois grandes programas de pesquisa empírica - Projeto SAPPHO, desenvolvido sob a coordenação de Chris Freeman no *Science and Technology Policy Research* – SPRU da Universidade de Sussex e a *Yale Innovation Survey* – YIS realizada nos EUA. Enquanto o SAPPHO analisou a inovação, a *Yale Innovation Survey* – YIS realizada nos EUA, focou-se na compreensão das estratégias das grandes empresas norteamericanas para o desenvolvimento de novos produtos e processos. Estes estudos empíricos tiveram papel fundante na formação de um conceito de sistema de inovação, pois demonstraram, pela primeira vez, a relevância de redes formais e informais de inovação (CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

O primeiro documento de política de inovação elaborado por um organismo internacional a enfatizar o papel das novas tecnologias foi o *Technical Change and Economic Policy*, realizado pela OECD, pelo renomados François Chesnais, Christopher Freeman, Keith Pavitt e Richard Nelson e outros, em 1980. Mas foi 1988 que o grupo publica a coletânea *Technical Change and Economic Theory*, por Giovane Dosi e outros, e introduz o conceito de sistemas de inovação no meio acadêmico. Em 1992, foi publicado o documento *Technology and Economy: the key relationships*, onde estão inseridos concepções e conceitos sobre “formação de redes de cooperação, parcerias estratégicas, *spillovers*, a importância do conhecimento tácito”. No mesmo ano, Lundvall desenvolve o conceito de sistema nacional de inovação (CASSIOLATO e LASTRES, 2005, p. 36).

O Sistema Nacional de Inovação pode ser definido pelas interações entre governos nacional, estaduais e municipais, instituições formais e informais, empresas, centros de pesquisa, universidades, entre outros, para dinamizar a inovação, fortalecer as políticas públicas

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

concernentes e por consequência, potencializar o fortalecimento sócio econômico da nação. Esta interação institucional é resultado de ações planejadas ou não planejadas e desarticuladas, que conduz ao desenvolvimento tecnológico de um para a geração, implementação e difusão das inovações (ALBUQUERQUE, 1996).

O Sistema Nacional de Inovação é, assim, definido como um conjunto de agentes e instituições (grandes e pequenas firmas, públicas e privadas; universidades e agências governamentais), articuladas com base em práticas sociais, vinculadas à atividade inovadora no interior das nações, sendo as firmas privadas o coração de todo o sistema (as inter-relações dos agentes e instituições determinam o poder e a eficiência da produção, assim como a difusão e o uso do novo conhecimento, útil economicamente, marca o estado de desenvolvimento tecnológico da nação). As ligações entre essas unidades são feitas através de:

- a) Fluxos financeiros provenientes de fundos públicos e privados;
- b) Ligações legais e políticas como as regras de propriedade intelectual, determinação de padrões técnicos e políticas nacionais de promoção, geralmente coordenadas pelas unidades estatais;
- c) Fluxos tecnológicos, científicos e de informação que direcionam o mercado doméstico;
- d) E finalmente, fluxos sociais como o deslocamento de pessoal, que ocorre não só das universidades para as indústrias como também de firmas para firmas (PEREZ, 1986).

O desenvolvimento do conceito de Sistema Nacional de Inovação pressupõe, ainda, uma abordagem teórica distinta da neoclássica. A unidade de análise é a firma inovadora, definida como uma organização ativa, bastante distinta da firma representativa dos modelos de equilíbrio geral. A firma inovadora, buscando a realização de lucros, atua com racionalidade restrita (ou limitada), utilizando-se de rotinas e mecanismos de busca, adotando estratégias e tecnologias que serão (ou não) sancionadas por mecanismos de seleção tanto mercantis quanto sócio institucionais (PEREZ, 1986).

A abordagem nacional é crucial para a questão da inovação, sem descartar a relevância de abordagem com outros cortes, como os sistemas regionais de inovação, os sistemas setoriais de inovação, os arranjos produtivos locais (ou, mais, rigorosamente, os clusters industriais) e o *Triple Helix*. Este último conceito trata da importância das universidades na produção de conhecimento associado aos problemas do setor empresarial, bem como na comercialização dos resultados dessa produção (LUNDVALL, 2007 *apud* SALERNO e KUBOTA, 2008). A abordagem de sistemas nacionais de inovação introduz a perspectiva segundo a qual a análise dos processos de produção, de difusão e de uso de CT&I deve considerar a influência simultânea de aspectos organizacionais, institucionais e econômicos (VIOTTI, 2003 *apud* SALERNO e KUBOTA, 2008).

Além da compreensão da natureza sistêmica da inovação, destaca-se também a importância da análise das dimensões micro, meso e macroeconômicas, assim como a das características das esferas produtiva, financeira, social, institucional e política. Argumenta-se

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

que, também aqui, o enfoque sistêmico permite considerar o modo de inserção dos diferentes países na economia e na geopolítica mundial. Outro avanço crucial consolidado na abordagem de SIN refere-se à constatação de que o conceito de inovação não se restringe a processos de mudanças radicais na fronteira tecnológica, realizados quase que exclusivamente por grandes empresas através de seus esforços de pesquisa e desenvolvimento (P&D), conforme Figura 1 (CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

A contextualização na análise do processo de aprendizagem e capacitação tem particular importância para países e regiões menos desenvolvidos. Aqui reiteramos que, na discussão sobre geração e uso de conhecimentos de relevância para fins econômicos, o contexto importa e a geopolítica ainda mais. A ênfase em tratar a inovação como um processo cumulativo e específico ao contexto determinado permite desmistificar, por exemplo, ideias simplistas sobre as possibilidades de gerar, adquirir e difundir tecnologias em países menos desenvolvidos. Tal ênfase torna claro que a aquisição de tecnologia no exterior não substitui os esforços locais (CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

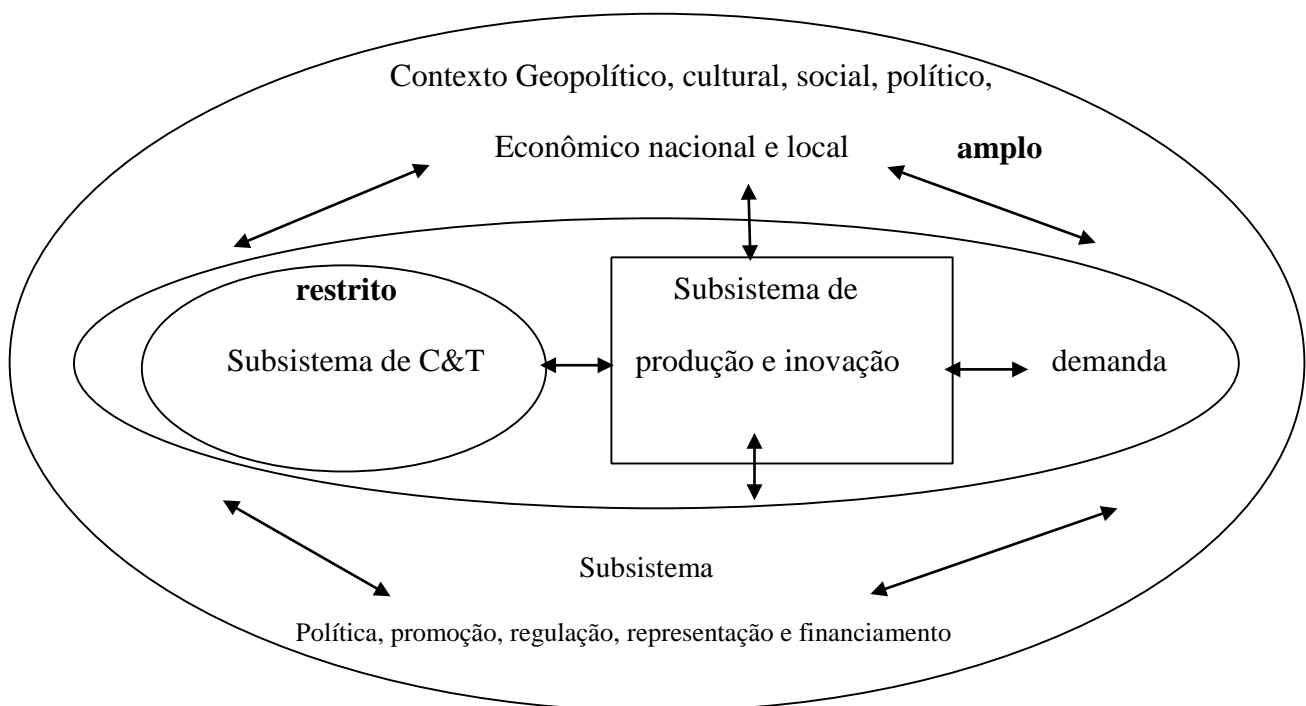


Figura 1. Sistema Nacional de Inovação – visões restrita e ampla (CASSIOLATO e LASTRES, 2009 *apud* LASTRES e CASSIOLATO, 2011).

Porém, o ato de apropriação de conhecimento, equipamentos e tecnologias desenvolvidas já demanda capacitação. Reafirma-se a necessidade de absorver as especificidades dos diversos agentes, a qualidade das relações e o papel das instituições no seu sentido mais amplo, tais como normas e regras, formais e informais. Reconhecer essencialmente a diversidade na aquisição, uso e difusão de conhecimentos, principalmente os tácitos, advindos

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

de diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e modos formais e informais de articulação e de aprendizagem (LASTRES e CASSIOLATO, 2011).

A partir das pesquisas de Nelson e Lundvall, as políticas públicas de CTI passam a ter uma conotação sistêmica, observando as interações nos sistemas nacionais de inovação - SNI. As novas políticas passam a valorizar a inovação como o mais relevante componente das estratégias de desenvolvimento, e não especificamente políticas de ciência e tecnologia ou políticas industriais. Além disso, as políticas públicas vislumbram os sistemas de inovação, ou seja, são denominadas “políticas direcionadas a sistemas de inovação” (CASSIOLATO e LASTRES, 2005). As políticas tomam o conhecimento em toda sua amplitude, que protagoniza efeitos no progresso econômico e a inovação. A ênfase nos sistemas de inovação redireciona o foco de política na interação das instituições e nos processos interativos no trabalho de criação de conhecimento e em sua difusão e aplicação e o sistema nacional de inovação é conceito que representa o conjunto de instituições e fluxos de conhecimentos (MANUAL DE OSLO, 2005).

Ao mudar o foco de capital físico (investimento) para o conhecimento como fonte primordial do crescimento econômico, a *New Growth Theory* (Nova Teoria do Crescimento) de Paul Romer (1986) suscitaria um novo curso para a pesquisa nas políticas públicas (ARBIX, 2010). O Estado deve manter um ambiente macroeconômico mais estável, com altas taxas de crescimento, reduzindo assim os riscos econômicos e alavancando financeiramente as empresas, como também prover linhas de financiamento para estimular as empresas e universidades/institutos de pesquisa, e investir no sistema educacional do país, fundamental na formação do capital intelectual de um país, como agente indutor de inovação por meio do conhecimento (SALERNO e KUBOTA, 2008).

Essa nova maneira de compreender e localizar os processos de inovação indica caminhos muito distintos para a formulação de políticas públicas, caminhos que nem sempre se apresentam claramente diferenciados para os planejadores do Estado ou para os executivos empresariais. Ou seja, se o que está em pauta é a busca de conhecimento novo, gerado por P&D – que continua sendo vital para o desenvolvimento de qualquer país –, os recursos humanos, as redes, as estruturas e as instituições que devem ser mobilizados são de qualidade distinta dos recursos a serem mobilizados para a inovação. Desse desenho preliminar resultam políticas muito diferentes tanto para o setor público quanto para o setor privado (ARBIX, 2010, p.91).

A natureza da intervenção e os modos pelos quais ela se apresenta, é o que muda ao longo do capitalismo, há três características gerais que merecem ser observadas: - crescente importância da orientação do Estado, tanto na educação básica e nos demais níveis como na pesquisa em decorrência de mudanças nos processos de concorrência internacional; - intervenção do Estado para gerir problemas tais como instabilidade da moeda, taxas de câmbio, taxas de juros, confiança no sistema bancário e de crédito; - novas regulamentações e desregulamentações que demandam a intervenção do Estado em virtude do novo paradigma tecnológico (FREEMAN, 1983 *apud* CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

A competitividade de cada companhia, tomada isoladamente, possui uma dimensão sistêmica ou estrutural: é uma expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do país. Há três dimensões importantes,

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

intensificadas pela mundialização: competitividade intrínseca, as relações dos bancos e sistema financeiro e a terceira: externalidades, como as infraestruturas e serviços públicos, o nível de qualificação da mão de obra, a qualidade do sistema de pesquisa, públicos e universitários e das infraestruturas científicas e resultam da ação do Estado, dos governos regionais e locais e das companhias. Quando há interação, há uma fonte de competitividade sistêmica. A eficácia dos gastos imateriais do Estado na P&D e no ensino científico e técnico estão aliados ao potencial inovador das empresas, e a qualidade das relações destas com a universidade e centros de pesquisa públicos (CHESNAIS, 1996, p.121).

Numa perspectiva interacionista, além da abordagem em Sistemas Nacionais de Inovação (SNIs), há dois modelos que privilegiam a questão da inovação, um cunhado em 1968, por Jorge Sábato, almejando o desenvolvimento da América Latina, como resultado da ação simultânea de diferentes políticas e estratégias, formulou um modelo intitulado de *Triângulo de Sábato*. O modelo demonstra a articulação entre governo, setor produtivo e infraestrutura científico-tecnológica, interligados numa estrutura triangular hierarquizada, onde o vértice superior seria ocupado pelo governo, no outro vértice o setor produtivo e no terceiro a infraestrutura científica e tecnológica, com a finalidade de inovar, conforme Figura 1:

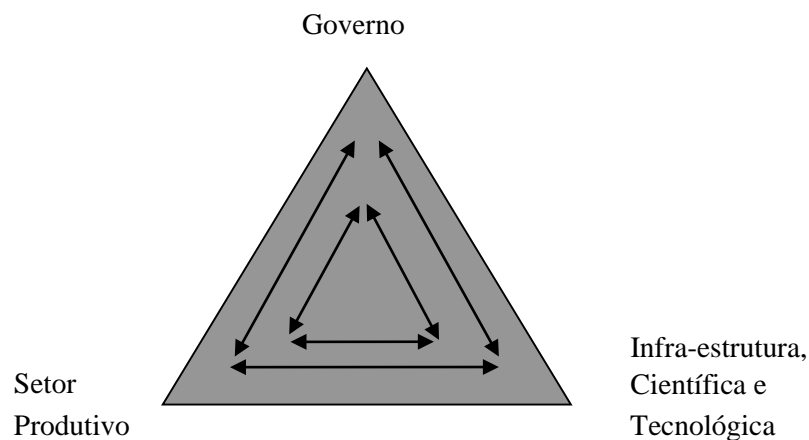


Figura 2. Triângulo de Sábato (SÁBATO e BOTANA, 2011, p. 224).

Cada vértice é um centro de convergência com várias instituições, unidades de decisão e produção, atividades, entre outros, e possuem múltiplas dimensões, e o triângulo se definiria pelas relações que se estabelecem dentro de cada vértice, as denominadas intra - relações; pelas relações que se estabelecem entre os três vértices do triângulo, como interrelações e, enfim, pelas relações que se estabelecem entre o triângulo constituído, entre cada um dos vértices com o entorno no qual se situam, as extra relações (SÁBATO e BOTANA, 2011). O outro,



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

conhecido como *Modelo Hélice Tripla*, termo desenvolvido por Etzkovitz e Leydesdorff, na década de 1990, propõe uma relação dinâmica entre o governo, a universidade e a empresa, numa forte interação, que pode culminar em redes trilaterais e organizações híbridas (Figura 2).

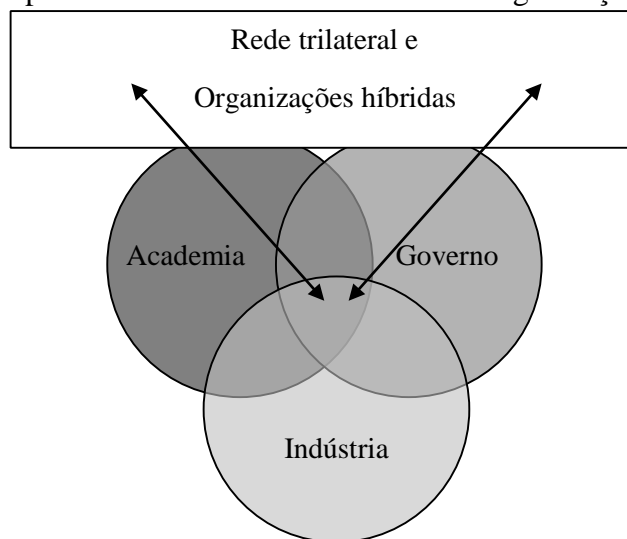


Figura 3. Modelo Tríplice Hélice (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2001, p. 12).

O foco dessa abordagem é a universidade, determinando um papel central no processo de inovação, pela valorização de uma sociedade e uma economia baseadas no conhecimento, já a abordagem do sistema nacional de inovação considera a empresa a mais importante no processo de inovação, e o modelo do Triângulo de Sábato privilegia o papel do Estado (CALDERAN e OLIVEIRA, 2013). No caso específico da interação entre Firms e Universidades, estudos sobre o tema enfatizam não só a questão da diversidade e complementaridade requerida no atual estágio do desenvolvimento científico, como a importância do processo de aprendizagem coletiva na geração de novos conhecimentos e suas aplicações tecnológicas (TURCHI e COELHO, 2012).

A necessidade da construção de um ambiente de confiança, que possibilite experiências bem sucedidas de aprendizagem coletiva entre os parceiros, é justificada pela importância das competências específicas e de conhecimento tácito no processo de desenvolvimento científico tecnológico e inovação. Enquanto o conhecimento codificado pode ser apreendido através de mecanismos formais (literatura, seminários) a transmissão do conhecimento tácito depende de relações estabelecidas com base na informalidade e confiança. O conhecimento tácito é definido como um conjunto de habilidades e de saber fazer, resolver problemas a partir da experiência em que o sujeito não está inteiramente consciente dos detalhes ou explicação causal do processo. A transmissão deste conhecimento exige convivência entre os parceiros, simetria nas relações de poder, partilha de valores e padrões de comportamento, base cognitiva semelhante e credibilidade, que são elementos analisados na teoria do capital social (TURCHI e COELHO, 2012, p.280).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

São várias abordagens, mas todas convergem na questão da inovação de modo sistêmico e o desafio é tentar compreender como se inicia, se amplia e como se desenvolve condições para que o sistema se regule (UNCTAD, 2014b). A questão pontual é saber se a política pública pode criar uma base para melhorar, tanto a quantidade, como a qualidade das interações entre as instituições que geram conhecimento, as empresas e instituições, para transferir tecnologia e a possibilidade de gerar inovação, ou seja, como potencial de desenvolvimento e que seja relevante economicamente (UNCTAD, 2014b).

Geralmente, políticas bem sucedidas são aquelas que reforçam “padrões de conectividade e ligações” já existentes (LUNDVALL, 2001), tais como o entorno territorial de uma empresa, que pode ser fundamental para elucidar a capacidade de inovação de um dado território e a possibilidade de uma empresa oferecer produtos ou serviços que favoreçam atividades ligadas à inovação tecnológica (OLIVEIRA, 2003). O auge e queda de novos produtos e processos produtivos se dão nos territórios e dependem, em grande medida, das capacidades territoriais para os tipos específicos de inovação (BOISIER, 2001).

## 1.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO E O POTENCIAL ENDÓGENO DOS TERRITÓRIOS

A globalização pode também ser definida como a dinâmica intensa das relações sociais em âmbito mundial, ligando de tal forma as localidades, que acontecimentos locais são moldados por eventos distantes (GIDDENS, 1999). Em seu trabalho intitulado “*As consequências da modernidade*”, Giddens discute o distanciamento tempo-espço, pelo alongamento de complexas relações e contextos sociais e situações locais e distantes, e afirma que globalização diz respeito a este alongamento, determinado por conexões entre diversas regiões e realidades sociais, numa perspectiva planetária. Na relação entre o indivíduo (individualmente ou em grupo) e seu referencial territorial (localidade, região, país), é exercida a territorialidade, que é e que contempla as ações dos indivíduos e os sentimentos de pertencimento em um território determinado (ALBAGLI, 2004).

O território se delimita/define a partir das relações de poder em suas múltiplas dimensões, como um campo de forças, teia ou rede de relações sociais, valorizando assim os aspectos imateriais de seu uso/apropriação (RAFESTIN, 1993). As várias dimensões observadas sobre o território são relacionadas à dinamicidade, a distinção e a sua formação: Física - observando as características naturais, bem como os resultados advindos da utilização e vivência dos agentes sociais num dado território; Econômica – modos de relações sociais relacionados aos processos produtivos; Simbólica – relacionada à identidade, as relações

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

culturais e afetivas de um grupo em determinado local e Sócio- política – relações de poder (dominação, influência) e interações sociais (SOUZA, 1995 *apud* ALBAGLI, 2004).

O território abarca e é um instrumento na formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas, bem como um meio pelo qual podem aflorar sentimentos de pertença e gerar especificidades (ALBAGLI, 2004). Sobre o prisma do desenvolvimento local, o território tem um papel transformador, onde se manifesta, por meio dos vários agentes (econômicos, sociais e políticos), novas formas de cooperação, solidariedade e parceria, observando assim sua territorialidade, ou seja, o modo de apropriação de cada grupo em um determinado território. No caso específico da territorialidade observada pelas empresas em arranjos produtivos, estas constituem o meio pelo qual as relações sociais, a cultura e os códigos da população incidem diretamente sobre a atividade produtiva (ALBAGLI e MACIEL, 2002).

O território age como promotor de recursos e conseqüentemente agente do desenvolvimento, e não meramente suporte geográfico das ações sócio econômicas (PIRES *et al.*, 2006). Configurado pelas redes que difundem o conhecimento tácito e a competência, estando associadas a um tecido de atores que estruturam pela proximidade uma rede de serviços em torno de um produto, o termo “competitividade sistêmica” confere um sentido altamente territorializado (BOISIER, 2001). Numa perspectiva sistêmica, na concepção do desenvolvimento endógeno, “as relações entre empresas são ainda um mecanismo fundamental de dinamismo das economias locais e regionais” que envolvem empresas, agentes locais, organismos de pesquisa, educação e treinamento (ALBAGLI e MACIEL, 2002, p.16).

O território, por ser uma construção histórica que incorpora as dimensões ambiental, econômica, social, institucional e política, expressa identidade e caráter. Por isso, também, ele abrange valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o folclore(...). Sem dúvida, há outros elementos-chave associados ao desenvolvimento e que também diferenciam os territórios. São as estruturas econômicas, as redes sociais e as instituições, que refletem, delineiam ou descrevem com maior nitidez o caráter do território. Diferentes concepções visualizam sistemas produtivos característicos – de determinado território – diferenciados de outros, mesmo quando dispõem de iguais condições quanto ao aporte de recursos, acesso aos mercados e nível tecnológico (ECHEVERRI, 2009, p. 16).

Há novas e complexas interações entre conhecimento e território, que incluem temas como inovação e território, aprendizagem coletiva, conhecimento tácito e codificado, surgimento de regiões “cognitivas”, ampla categoria que incluem noções tais como regiões que aprendem, regiões inteligentes, meios inovadores entre outros (BOISIER, 2005). O desenvolvimento da inovação, e sua disseminação, são acontecimentos que afloram das interações e da aprendizagem estabelecidas e desenvolvidas em um sistema por seus agentes. Pela abordagem do *Milleu Innovateur* (meio inovador), preconizada por Aydalot, a inovação se territorializada pelas interações entre empresas, o próprio mercado e organismos de apoio (AYDALOT, 1986 *apud* AMARAL FILHO, 2011).

A unidade entre sistema produtivo e território permitiu com justeza que muitos autores e correntes de pensamento renovassem e construíssem conceitos e teorias explicativas para os novos fenômenos de competitividade produzidos

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

pela geografia econômica que emergiu da reestruturação produtiva, abertura comercial e globalização, eventos típicos dos anos 1980 e 1990, principalmente. Entre os autores que colocaram em evidência a combinação entre aglomerações produtivas e territórios, como nova plataforma de competitividade das nações e regiões, estão os “distritalistas italianos”, na figura de Becattini (1999), por exemplo, e outros de matizes diferentes como Porter (1980), Krugman (1991) e Fujita, Krugman e Venables (2001) (AMARAL FILHO, 2011, p.191).

Além das potencialidades de desenvolvimento pela inovação, em aglomerações produtivas, para o desenvolvimento do território é necessário verificar as oportunidades e os obstáculos internos ligados aos fatos históricos de cada território e os externos que derivam da abertura das economias locais. É essencial analisar estas oportunidades e estes obstáculos por oito pontos chave, dos quais alguns apresentam coincidências entre si: a mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados (OLIVEIRA, 2003).

Se é verdade que territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre seus atores, então é fundamental – para que se supere o caráter tão frequentemente normativo da literatura atual sobre o tema – que se compreenda teoricamente a natureza destes laços, ou seja, a natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios. Este processo será importante na compreensão das instituições públicas e dos próprios mercados que marcam a vida de uma região (ABRAMOVAY, 2006, p. 11).

A abordagem territorial abrange as escalas dos processos de desenvolvimento e implica um método para potencializá-lo – não por uma ação verticalizada do poder público – mas sim a partir de condições geradas para instigarem os agentes locais a protagonizarem numa perspectiva de projeção, de futuro, desenvolvendo diagnóstico de suas oportunidades e limitações. Pelo viés territorial, o processo que desencadeia a cooperação e a compromisso dos atores sociais presentes no território, é feito por meio de um planejamento centrado nas pessoas, considerando a interação dos sistemas socioculturais e ambientais e contemplando a integração produtiva e o aproveitamento competitivo de seus recursos, numa visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas de intervenção pública com a expectativa de geração de riquezas, respeitando a diversidade, solidariedade, justiça social e inclusão socioeconômica e política (ECHEVERRI, 2009).

Pela visão integradora, o território é caracterizado como elemento estruturante e objeto de política e orientador dos instrumentos e enfoques. A construção dessas políticas tem suas fontes básicas nas teorias de desenvolvimento regional, que assumem com clareza o espaço enquanto objeto de trabalho, com seus componentes, dinâmicas e processos. A perspectiva da política pública remete aos antecedentes das estratégias de desenvolvimento que priorizaram a integração regional e a intercomunicação. Elementos propositivos destacáveis no final da primeira metade do século passado, quando se considerava a urgente necessidade de superar a fragmentação do território, o isolamento, a inexistência de mercados regionais e a precária integração nacional (ECHEVERRI, 2009, p.21).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

O ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento é a *sensibilização* a respeito da dimensão regional. A região e a política regional parecem diluir-se ante a crescente globalização de um sistema organizado, mediante fluxos e redes que desorientam as fronteiras político-administrativas. No entanto, com a sensibilização fecundada pode-se criar mercados competitivos locais/regionais com uma estrutura econômica, valores, culturas, instituições que poderão contribuir profundamente com o mercado nacional e com grande êxito competitivo. Por isso, os objetivos da política tecnológica e regional devem se convergir de maneira visível, trazendo muitos efeitos cumulativos de forma a existir uma adequada coordenação entre ambas (OLIVEIRA, 2003)

A estratégia centrada no reconhecimento das potencialidades internas nos espaços locais, contribui com os propósitos da integração do território. A base desse enfoque reside na estratégia de aproveitar ao máximo os recursos disponíveis no universo local, além de conceder prioridade à capitalização das vantagens de cada espaço (o capital natural, humano, financeiro, social e político), tendo em vista estruturar projeto único, tipo territorial. Esta concepção privilegia os componentes, fluxos, dinâmicas e redes locais em áreas definidas pelo propósito de formular um projeto integrado de desenvolvimento que permita abordar as possibilidades de integração com outros espaços e mercados a partir de suas próprias potencialidades (ECHEVERRI, 2009).

Carvalho desenvolveu um modelo de capacidade inovadora local, constituído de três constructos, formando um modelo tridimensional: estratégia, cooperação e concentração. O primeiro constructo é a Estratégia, que analisa os elementos relacionados à competição baseada na criação de valor pela inovação. Busca-se, neste constructo, identificar a cadeia de valor e os *trade-offs* de diferenciação e custo, como também se a empresa está obtendo vantagem competitiva. Já o segundo constructo – Cooperação, concerne às redes e comunidades que se conectam intencionalmente para cooperar em busca de inovação. Nesse constructo são analisados os elementos associados às ações conjuntas de cooperação (*joint action*), aos mecanismos de aprendizagem e interação, formais ou informais, que conectam as organizações entre si e a base do sistema de ciência e tecnologia - C&T.

O terceiro constructo – concentração - Foca as características da localidade, que marcam o entorno da organização, com enfoque geográfico. São levantados aspectos associados às externalidades incidentais e condições estruturais da base de C&T. A autora parte do pressuposto de que quanto maior for a intensidade de cada um dos vetores – estratégia, cooperação e concentração – maior será a capacidade inovadora local. Fatores tais como a localização x apoio do governo local, mão de obra, associações de classe, centros tecnológicos, universidades e centros de pesquisa (CARVALHO, 2009). Portanto, as condições territoriais e a proximidade espacial são necessárias para que as inovações se realizem (OLIVEIRA, 2003).

A avaliação do papel do capital social e da territorialidade, como fatores de cooperação, de compartilhamento de conhecimentos e experiências e de aprofundamento de vínculos entre os atores locais, constitui um dos principais desafios dessa análise. Finalmente, cabe assinalar que esse debate no campo teórico-metodológico implica importantes desdobramentos na proposição de políticas, particularmente as de cunho territorial, ante o reconhecimento da

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

centralidade da dimensão cognitiva dos processos e estratégias de desenvolvimento local/regional. Isso porque cada território é continente de conhecimento específico e estratégico, e a sua desestruturação tem por consequência também a “desconstrução” do conhecimento associado. Traçar tais políticas requer o conhecimento das condições locais específicas, suas carências e potencialidades, conhecimento que pode ser obtido em pesquisas empíricas tais como as sugeridas. Coloca-se então a centralidade de reconhecer e capitalizar os conhecimentos específicos de cada território (ALBAGLI e MACIEL, 2004, p.15).

Como exemplo de condições territoriais, já elencados por Carvalho, com acréscimo de Oliveira, a apropriação de *know-how* em certas atividades, recursos humanos com alto nível de formação, existência de infra estruturas tecnológicas, universidades e centros de investigação de qualidade, capital de risco, entre outros. A proximidade espacial diz respeito a interação entre as pessoas potencialmente inovadoras, sobretudo as de pequenos grupos e destes com instituições locais favoráveis à inovação; gerando certo volume de ideias positivas para, em conjunto, facilitar os intercâmbios de informações, e assim poderão conjuntamente realizar projetos altamente competitivos no mercado local/regional/ nacional (OLIVEIRA, 2003).

No processo de desenvolvimento, não há linearidade e sequência, por isso é único, e dependente de questões políticas, econômicas, históricas e culturais de uma dada localidade. O desenvolvimento ocorre a partir de modificações estruturais de longo prazo, que geram mudanças de padrões estabelecidos historicamente. Tanto a teoria, quanto as recomendações de política são altamente dependentes de cada contexto particular (CASSIOLATO e LASTRES, 2005). Desenvolvimento endógeno significa, portanto, a capacidade para transformar o sistema sócio econômico; a habilidade para reagir aos desafios externos; a promoção da aprendizagem social, e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social em nível local que favorecem o desenvolvimento das características anteriores. Desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a habilidade para inovar em nível local (GAROFOLI, 1995 *apud* BOISIER, 2005, p. 54).

A apresentação de propostas políticas pode orientar o início de um trabalho bem sucedido, devendo-se sempre dimensionar três aspectos fundamentais que são *Políticas específicas de apoio* – com programas de iniciativas comunitárias e de iniciativas industriais, *Metodologia* – apoio empresa/entorno, em que as empresas desenvolvem programas de financiamento, informação, inovação, entre outros, existindo também a cooperação de ações coletivas, serviços empresariais (oferta e demanda) e integração de políticas de promoção e ordenação (vantagens competitivas). *Agentes* – descentralização de decisões regionais e locais, com a colaboração do setor público e privado, sempre diversificando as políticas de acordo com os espaços existentes, visando ao desenvolvimento industrial e à interação dos mesmos (OLIVEIRA, 2003).

Outro dos principais eixos da política de desenvolvimento local é a difusão de inovações e conhecimento na produção local, permitindo a introdução de novos produtos e diferenciação das existentes, mudanças nos processos de produção, a abertura de novos mercados. Tudo isso contribui para o aumento da produtividade e competitividade das empresas (BARQUERO, 2009). O papel do setor público é fundamental para que a estrutura produtiva local responda

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

positivamente aos estímulos da nova economia, especialmente no que se refere às questões de integração e cooperação entre os diferentes elementos da comunidade local. Os governos locais são um fator-chave, tanto no estímulo à inovação tecnológica e na promoção institucional dos distritos industriais locais, quanto na qualificação e no treinamento de mão de obra local (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: I Colóquio internacional de desenvolvimento territorial sustentável, Florianópolis (SC), 2007. Disponível em: <<http://www.cidts.ufsc.br/>>. Acesso em: 05/03/2014.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V; BRAGA, C; MORELLI, G. (org). **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como Estratégia de Inserção Competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/304869CC2D5D5FBF0325713F004CC682/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/304869CC2D5D5FBF0325713F004CC682/$File/NT000A61AE.pdf). Acesso em 20/01/2014.

ALBAGLI, S; MACIEL, M.L. Capital Social e Empreendedorismo Local. In: LASTRES et al. (coord.) Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas, 2002. Disponível em <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em 11/01/2014.

\_\_\_\_\_. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, 2004. Disponível em [www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf). Acesso em 06/01/2015.

ALBUQUERQUE, E.M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir dos dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista de Economia Política**. São Paulo, Vol 16, nº 3, Jul-Set pp. 56-72, 1996. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/63-4.pdf>. Acesso em 28/02/2014.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Regional e Local. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, jun 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte7.pdf>. Acesso em 05/03/2014.

\_\_\_\_\_. Sistemas e arranjos produtivos locais. In: **Planejamento e políticas públicas**, n. 36, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/226/206>. Acesso em 30/12/2013.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

AMARAL FILHO, J. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional. In: AMARAL FILHO, J; CARRILO, J. **Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre o nordeste do Brasil e a baixa Califórnia (México)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

ARBIX, G. Inovação e Desenvolvimento. In: Inovação: estratégia de sete países / organizadores Glauco Arbix... [et al.]. - Brasília, DF : ABDI, 2010.

BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno y globalización. Disponível em: [http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0119/desarrollo\\_endogeno\\_y\\_globalizacion.pdf](http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0119/desarrollo_endogeno_y_globalizacion.pdf). Acesso em 05/03/2014.

\_\_\_\_\_. Desarrollo local, Una estrategia para tiempos de crisis. Universitas Forum, Vol. 1, No. 2, May/2009. Disponível em [http://hdrnet.org/444/1/barquero\\_UF2.pdf](http://hdrnet.org/444/1/barquero_UF2.pdf). Acesso em 05/03/2014.

BECATTINI, G. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, G. (org) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BESSANT, J, TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando? In: BECKER, D. F.

BANDEIRA, P. S. Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, vol. 1, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 2, n. 3, Set, 2001.

\_\_\_\_\_. Desarrollo endógeno: ¿para qué?, ¿para Quién? (el humanismo en una interpretación contemporánea del desarrollo), maio/2004. Disponível em [http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia\\_boisier.pdf](http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia_boisier.pdf). Acesso em 17/03/2014.

\_\_\_\_\_. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización ? **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 86, agosto/2005. Disponível em <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/22211/G2282eBoisier.pdf>. Acesso em 20/11/14.

CALDERAN, L. L.; OLIVEIRA, L. G. A inovação e a interação Universidade-Empresa: uma revisão teórica. **Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública – CEAG**: Brasília, 2013.

CARVALHO, M. M. **Inovação: estratégias e comunidades de conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a03.pdf>. Acesso em 20/01/2014.

CASSIOLATO, J. E; ZUCOLOTO, G; TAVARES, J, M, H. Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma análise a partir das contribuições de François Chesnais. In: Cassiolato, J. E; Matos, M. P.; Lastres, H. M. M. (org) **Desenvolvimento e Mundialização: O Brasil e o pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

CAVALCANTI, M.; PEREIRA, A. Estratégias de inovação para o Brasil. Por que o Brasil não inova? In: **XXV Fórum Nacional – (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã: Transformar Crises em Oportunidade**, Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013.

CGEE. Descentralização do fomento à ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Brasília: **CGEE**. 2009. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/descentralizacao.php>. Acesso em 02/02/2014.

\_\_\_\_\_. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: as fronteiras do conhecimento e da inovação: oportunidades, restrições e alternativas estratégicas para o Brasil. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.2, 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Mapa estratégico da indústria 2013-2022. – Brasília: CNI, 2013.

COCCO, G.; Urani, A.; Galvão, A. P. (org). Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, G. (org) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CREVOISIER, O. A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas. In: **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, n.7. Campo Grande: UCDB, set.2003.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. Sistemas de inovação e estrutura de pesquisa: considerações sobre o caso brasileiro. In: **RADAR: tecnologia, produção e comércio exterior / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**. - n. 24. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. In: **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes / organizadores: F. De Negri, L. R. Cavalcante**. – Brasília: ABDI: IPEA, 2014.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ECHEVERRI, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília, IICA-SDT/MDA, 2009.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

EDQUIST, C. **Systems of Innovation**. London; Washington: Pinter, 1997.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix of university-industry-government relations and the globalization of national systems of innovation. Science under Pressure Proceedings. The Danish Institute for Studies in Research and Research Policy: 2001.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate local sobre o desenvolvimento. **Revista Lusófona de Educação**, 2005. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a04.pdf>. Acesso em 05/03/2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mundo em descontrolo**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2011a.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GII. The Global Innovation Index 2014: The Human Factor In innovation, CORNELL UNIVERSITY, INSEAD, and WIPO: Fontainebleau, Ithaca, and Geneva, 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT - GCR. Disponível em <http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2013-2014>. Acesso em 15/11/2014.

GOLDBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOUVEIA, L.; ABDALLA, M.; MOUTINHO, C.; DORIA, M. Hélice Tríplice no Brasil: A entrada da universidade nas parcerias público-privadas. In: XII SEMEAD – Seminários de Administração, 2009, São Paulo Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/850.pdf>>. Acesso em 02/12/2014.

IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LASTRES, H. M. M. ; CASSIOLATO, J. E. Arranjos Produtivos Locais: Uma Nova Estratégia de Ação para o SEBRAE. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais- 5ª Revisão, 2005. Disponível em: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, em [www.ie.ufjf.br/redesist](http://www.ie.ufjf.br/redesist). Acesso em 20/04/14.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

LASTRES, H. M. M. ; CASSIOLATO, J. E. Inovação, arranjos produtivos e sistemas de inovação. In: AMARAL FILHO, J; CARRILO, J. **Trajatórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre o nordeste do Brasil e a baixa Califórnia (México)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

LASTRES *et al.*, O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. In: Além, Ana Cláudia. O BNDES em um Brasil em transição / Ana Cláudia Além, Fabio Giambiagi. – Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

LUNDEVALL, B.-Â. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. In: *Parcerias Estratégicas*, n. 10, p. 200-218, 2001.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: **INTERAÇÕES-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, vol. 3, nº 4, 2002.

MANUAL DE FRASCATI. Disponível em <http://www.leidobem.com/manual-de-frascati-versao-brasileira-disponivel-para-download-site-mcti/>. Acesso em 15/11/2014.

MANUAL DE OSLO. Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação. 3ª Ed. Publicação conjunta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Eurostat (Gabinete Estatístico das Comunidades Europeias) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), Brasília-DF, 2005.

MARSHALL, A. Princípios da Economia. Coleção “Os Economistas” (vol. 1), São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. São Paulo: Manole, 2004.

MATIAS, E. F. P; **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

OECD. Measuring Globalisation: OECD Handbook on Economic Globalisation Indicators, 2005.

\_\_\_\_\_. The OECD Innovation Strategy: Getting a Head Start on Tomorrow, OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264083479-em; 2010.

\_\_\_\_\_. “Innovation for development: The challenges ahead”, in OECD Science, Technology and Industry Outlook 2012, OECD Publishing. [http://dx.doi.org/10.1787/sti\\_outlook-2012-7-en](http://dx.doi.org/10.1787/sti_outlook-2012-7-en).

\_\_\_\_\_. Science, Technology and Industry Outlook 2014. OECD Publishing. Disponível em [http://dx.doi.org/10.1787/sti\\_outlook-2014-en](http://dx.doi.org/10.1787/sti_outlook-2014-en), 2014a.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

\_\_\_\_\_. Latin American Economic Outlook 2015 Education, Skills and Innovation for Development, 2014b.

OECD/Eurostat (2005), The Measurement of Scientific and Technological Activities—Oslo Manual: Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data, 3rd ed., OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264013100-en, 2005.

OLIVEIRA, S. O; Desenvolvimento Local e organização sócio - espacial. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 6, mar. 2003.

PACHECO, C. A; ALMEIDA, J.G. A política de inovação. In: Contribuições para uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, março de 2014. Disponível em <http://www.iedi.org.br/>. Acesso em 09/12/2014.

PEREZ, C. Las nuevas tecnologías: una visión de conjunto. In: OMINAMI, Carlos (Org.). La tercera revolución industrial: impactos internacionales del actual viraje tecnológico. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

\_\_\_\_\_. La Otra Globalización: Los Retos del Colapso Financiero, In: *Problemas del Desarrollo: Revista Latinoamericana de Economía*, Vol. 40, No. 157, México, abril. 2009.

PIRES, E.L.S; MULLER, G; VERDI, A. R. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento Preliminar dos Aspectos Teóricos e Morfológicos. **Revista GEOGRAFIA**, v.31, n.03, Rio Claro, set/dez. 2006. Disponível em [http://www.usp.br/prolam/downloads/sem\\_elson.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/sem_elson.pdf). Acesso em 05/01/2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁBATO, J. A; BOTANA, N. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América latina In: SÁBATO, J. **El pensamiento latinoamericano en la problemática cienciatecnológica-desarrollo-dependencia** / Jorge A. Sabato; con prólogo de Horacio González y Lino Barañao. - 1a ed. - Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2011.

SALERNO, M.S; KUBOTA, L. C. Estado e Inovação. In: Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil. De Negri, J. A; Kubota, L.C. (Editores) / Brasília, Ipea, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TURCHI, L. M; COELHO, D. Quem quer e quem pode realizar parcerias com universidades. In: PAEDI. PESQUISA SOBRE ATITUDES EMPRESARIAIS PARA

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO / organizadores: L. M. Turchi, J. A. De Negri, Á. Comin. – Brasília: Ipea, 2012

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2014: investing in the sdgs: an action plan.** New York and Geneva, 2014 a.

\_\_\_\_\_. United nations conference on trade and development. Transfer of technology and knowledge sharing for development: Science, technology and innovation issues for developing countries. **UNCTAD CURRENT STUDIES ON SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION. Nº8,** New York and Geneva, 2014b.

VERDI, A. R.; PIRES, E.L. S. As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 33-53, jul./dez. 2008.